



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
SECRETARIA ESTADUAL

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO EXTERNA
DE SERVIDOR: “5º CONTRATOS WEEK”

Processo nº 1.32.000.000237/2018-69

Objeto: 5º CONTRATOS WEEK

ANO E MÊS DE REFERÊNCIA: 2018/05

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Item	Quant. estimada	Und	Descrição	ND	Valor Unitário	Valor Total
01	01		Capacitação do servidor Nazareno Nunes Rodrigues, matrícula 17.813, no “5º Contratos Week”, a ser realizado nos dias 11 a 15 de junho de 2018, em Foz do Iguaçu, Paraná.	3.3.90.39-48	R\$ 4.180,00	R\$ 4.180,00

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39-48

VALOR TOTAL DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

AMPARO LEGAL: Artigo 25, II c/c art. 13, VI e 26, II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

FORMA CONTRATUAL: Empenho a ser gerado em favor do proposto legal, nos termos do Caput e § 4º do artigo 62 da Lei 8.666/93.

DADOS DO PROPOSTO LEGAL:

Razão social: INSTITUTO NEGÓCIO PÚBLICOS;

CNPJ: 10.498.974/0001-09;

Endereço: Rua Lourenço Pinto, 196 - 3º andar Centro - Curitiba/PR CEP: 80.010-160



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
SECRETARIA ESTADUAL

FORMA DE PAGAMENTO: Nota de Empenho /GRU

Considerando o interesse da Procuradoria da República em Roraima quanto à capacitação do servidor Nazareno Nunes Rodrigues, que, por estar lotado e ser chefe da Seção de Contratações e Gestão Contratual da unidade, no qual exerce atividades de fiscalização e gestão de contratos, justifica-se a importância e necessidade de sua participação no “5º CONTRATOS WEEK”, a ser realizado nos dias 11 a 15 de junho de 2018, em Foz do Iguaçu, Paraná.

Considerando a notória especialização dos serviços prestados pela INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL – Estudos e Pesquisas na Administração Pública, nos temas relacionados às matérias de administração pública, especialmente na área de Fiscalização e Gestão Contratual, com blog atualizado diariamente sobre o tema, através de publicação de revistas de licitações e contratos, de pregoeiros, de negócios públicos, entre diversas outras atividades que evidenciam a especialidade da empresa.

Considerando ainda que o valor ofertado é o mesmo para todos os participantes, incluindo outros órgãos públicos, possui conteúdo abrangente e de acordo com as necessidades deste órgão, bem como a singularidade do treinamento fica evidenciada pela cobertura, em apenas uma oportunidade, de temas complexos e fundamentais para a gestão e fiscalização de contratos públicos: impacto da reforma trabalhista nos contratos, controle do contrato administrativo, subcontratação, sobrepreço e superfaturamento, mediação e arbitragem etc.

Assim, nos termos no art. 41, XIX, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria SG/MPF nº 382/2015), **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993, para a contratação no valor de R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais) em favor do INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, CNPJ nº 10.498.974/0001-09, conforme documentação, razões e condições constantes no processo de contratação sob nº 1.32.000.00237/2018-69, desta unidade do MPF, ficando assim autorizada a realização do proposto aqui sob legalidade expressa do Parecer Jurídico nº 14/2018 (PRRR00013224/2018).

Em referência ao art. 26, da Lei 8.666/93, DISPENSO a publicação deste ato de inexigibilidade de licitação, pelo princípio da economicidade, conforme Acórdão nº 1336/2006 – Plenário do TCU.



PRRR-00_____/2018

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
SECRETARIA ESTADUAL

Encaminhe os autos ao Procurador-chefe para ratificação do aqui exposto, nos termos do art. 33, XVI, do Regimento Interno do MPF.

Boa Vista-RR, 22 de maio de 2018

ROBSON GUIMARÃES COSTA
Secretário Estadual Substituto